I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

G326
Gênero e interfaces com saúde física e mental [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-366-5
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Gênero, feminismos e violência.
1. Violência de Gênero. 2. Saúde. 3. Mulher. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 5 - Gênero e Interfaces com Saúde Física e Mental se propôs a discutir experiências conexas ao gênero e saúde física e/ou mental, a partir da compreensão da saúde não apenas como uma ausência de doenças ou no seu aspecto biológico, mas sim como um produto de determinantes e barreiras sociais, econômicas, históricos e políticos. Assim, foram acolhidos os trabalhos que promoviam a reflexão sobre o gênero, como direitos reprodutivos/sexuais, esterilização, violência obstétrica, violência doméstica, papéis de gênero entre outros. Esses temas se vincularam à saúde física e mental e os textos foram desenvolvidos mediante pesquisas de abordagens qualitativas e/ou quantitativas ao realizarem um estudo com relevância teórica e prática. Alguns pontos discutidos foram: 1. Direitos reprodutivos e/ sexuais e questões relacionadas a humanização da saúde; 2. Depressão, ansiedade e gênero;

3. Violência Doméstica; 4. Assistência à vítima de violência e suas consequências na saúde; 5. Políticas Públicas voltadas para gênero e saúde; 6. Desigualdade de gênero entre profissionais da saúde; 7. O papel do cuidado na saúde da mulher; 8. Promoção e acesso à saúde; 9. Transexualidade e saúde e 10. Vulnerabilidades sociais e autonomia.

A PRÁTICA DO PLANTÃO PSICOLÓGICO NA DELEGACIA DA MULHER.

THE PRACTICE OF PSYCHOLOGICAL DUTY AT THE WOMEN'S POLICE STATION.

Julia Gindre Soreano Lopes [1]
Marcella Andrezza Moraes Rodrigues

Resumo

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) atendem mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violências diversas. Lá recebem acolhimento, registram boletim de ocorrência, solicitam medida protetiva, entre outros. Buscamos aqui elucidar a atuação do psicólogo dentro da DDM. Trata-se de um relato de experiência que descreve as percepções de duas estagiárias do curso de psicologia que vivenciaram a experiência de oferecer plantão psicológico a mulheres que procurassem a DDM. Diversas vítimas foram atendidas, em seus relatos foi possível identificar que o acolhimento servia para empondera-las, ajudá-las a organizar seus discursos e principalmente ampará-las frente à violência sofrida.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Violência de gênero, Violência doméstica

Abstract/Resumen/Résumé

The Police Stations for the Defense of Women assist women and adolescents who are victims of violence. There, they receive shelter, register a police report, request protective measures, among others. Here we seek to elucidate the role of the psychologist within the DDM. This is an experience report that describes the perceptions of two trainees from the psychology course who had the experience of offering psychological duty to women who sought DDM. In the victims' report was possible to identify that the host served to empower them, help them organize their speeches and mainly support them against the violence suffered.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Violence against women, Gender-based violence, Domestic violence

[1] Psicóloga, residente multiprofissional em saúde da mulher pela Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

A primeira Delegacia de Defesa da Mulher do Brasil (e do mundo) foi criada através da Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986 no Estado de São Paulo. Hoje tais delegacias constituem a principal política pública de combate à violência contra a mulher no Brasil (SANTOS, 2010). Atualmente existem cento e trinta e cinco delegacias da mulher em funcionamento no Estado de São Paulo, sendo que dez delas funcionam de forma ininterrupta (São Paulo, 2020).

De acordo com Santos (2010), o surgimento das Delegacias de Defesa da Mulher foi fruto do contexto político de redemocratização, bem como dos protestos do movimento de mulheres contra o descaso com que o Poder Judiciário e os distritos policiais – em regra, lotados por policiais do sexo masculino – lidavam com casos de violência doméstica e sexual nos quais a vítima era do sexo feminino.

A Delegacia de Defesa da Mulher atende mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência física, moral e sexual. Lá as vítimas podem receber acolhimento, registrar boletim de ocorrência contra seus agressores, solicitar medida protetiva, receber encaminhamento para exame de corpo de delito, entre outros.

As mulheres atendidas são de várias idades e de diferentes perfis pessoais e profissionais. O grau de relacionamento com os agressores geralmente é próximo, sendo os principais responsáveis companheiros ou ex-companheiros, e parentes próximos, como padrastos, tios e avós.

Esse resumo traz o relato da experiência de duas estagiarias do curso de psicologia que realizaram o trabalho de plantão psicológico na delegacia da mulher. Foram atendidos diversos casos em um total de onze dias de estágio. O atendimento foi feito visando o acolhimento das vítimas e utilizou a técnica de entrevista semiestruturada.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é elucidar a atuação do profissional da psicologia dentro da delegacia de defesa da mulher através da pratica do plantão psicológico.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência que descreve as percepções de duas estagiárias do curso de psicologia que vivenciaram a experiência de oferecer plantão psicológico a mulheres que procurassem a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) no período de 14 de setembro de 2020 a 23 de novembro de 2020. As mulheres que chegavam à delegacia e preenchiam uma

fixa para atendimento eram abordadas pelas estagiárias, que ofereciam o serviço. Aquelas que aceitavam o atendimento eram encaminhadas a um local reservado onde eram acolhidas e orientadas pelas estagiárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

O atendimento normalmente se iniciava com as estagiárias perguntando às vítimas o que havia feito com que procurassem pela delegacia da mulher. Em grande parte dos casos as vítimas estavam ansiosas para falar, e apenas essa pergunta bastava para que revelassem toda sua história. Havia, porém, outras mais resistentes com as quais era preciso maior esforço e manejo para obter um relato completo.

Além disso, nota-se que algumas mulheres, sem saber ao certo do que se tratava o acolhimento, aceitavam participar apenas por acreditarem que suas falas ali já contavam para o processo jurídico e registro do boletim de ocorrência. Nesses casos, ao dizer que o serviço de acolhimento não englobava orientações legais, logo perdiam o interesse e retornavam à sala de espera.

De uma forma geral, o acolhimento servia para empoderar as mulheres, ajudá-las a organizar seus discursos e principalmente ampará-las frente à violência sofrida. Sentimentos como culpa, medo, inferioridade e impotência foram relatados com frequência, quanto a isso as estagiárias buscavam compreender sua origem e elucidar os fantasmas que os sustentavam.

Em um dos casos atendidos a vítima foi até a delegacia acompanhada por sua filha. Contou ter sofrido uma tentativa de agressão por parte do ex-marido, o casal estava junto há dezesseis anos e há seis meses decidiram se separar, porém continuaram morando no mesmo apartamento. Após encontrar itens de sex shop nas coisas da vítima o ex-marido escondeu uma faca no quarto e ameaçou matá-la caso tivesse se envolvido com outro homem.

Ao analisar o caso entendemos que se trata de um caso de DDM (delegacia de defesa da mulher), visto que houve agressão e ameaça de morte contra a vítima. Além disso, durante a agressão ela foi mantida trancada dentro do próprio quarto, o que pode caracterizar cárcere privado.

Pudemos entender, a partir do relato, que houve violência física, psicológica e verbal em função, respectivamente, das ameaças e abusos verbais. Entendemos também que a relação do casal é marcada por forte dependência emocional da vítima em relação ao agressor, havendo um componente transgeracional percebido na história da mãe da vítima e, também, no comportamento descrito pela filha.

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Moreira e Prieto (2010) vemos que é nas relações familiares que se aprende como se relacionar. Ou seja, uma menina aprende a ser esposa observando a esposa que sua mãe é. Assim sendo mulheres que vieram de lares onde a violência era uma coisa comum tendem a buscar inconscientemente relacionamentos igualmente violentos a fim de reproduzir o padrão interiorizado (RAZERA at al, 2014).

Moreira e Prieto (2010), ao refletirem sobre a violência doméstica e conjugal, declaram que esta pode ocorrer independente da classe social, raça ou religião. Assim sendo os autores nomeiam essa violência como universal. O caso da vítima em questão reafirma essa visão uma vez que se trata de um casal de classe média, com um bom nível socioeconômico.

Em sua fala a mulher evocou os valores familiares para justificar o fato de ter perdoado o ex-marido anteriormente, sobre isso os autores Jong, Sadala, Tanaka e D`Andretta (2008) refletem que se trata de uma situação comum em se tratando de mulheres vítimas de algum tipo de violência. Constantemente elas buscam nos valores familiares motivos para manter a relação e não prestar queixa.

O acolhimento, nesse caso, serviu para promover na vítima e em sua filha uma profunda reflexão sobre suas relações familiares, e como sua história de vida contribuiu para que estivem ali naquele momento. Ao sair do atendimento as duas se mostraram decididas a prestar queixa e buscar um atendimento de psicoterapia.

Esse, porém, não é sempre o caso como vimos ao atender E., uma mulher que buscou a delegacia após ser agredida pelo namorado, com quem estava há cerca de dois anos. A vítima relatou que no início do relacionamento o namorado era muito carinhoso e atencioso, porém com o tempo começou a trai-la e agredi-la.

Essa agressão que a levava a DDM naquela ocasião fora mais grave e ocorrera em decorrência de uma briga causada pelo fato de E. ter descoberto outra traição. De acordo com o relato da vítima podemos ver todas as fases de uma violência cíclica, inclusive culminando em uma forte dependência emocional que ela tem de seu namorado.

A violência cíclica é marcada pela dependência, seja ela emocional, financeira ou de outra ordem; se caracteriza como um ciclo composto por três fases. De acordo com o MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo), a primeira fase é caracterizada pela irritação do agressor aparentemente motivada por nenhuma situação específica. A vítima tenta acalmar o agressor e geralmente esconde esse comportamento das demais pessoas. A segunda fase é aquela que compõe o ato do agressor em si, sendo que a mulher se sente paralisada e impossibilitada de reagir; a última fase é a denominada “lua de mel” na qual o agressor se mostra arrependido e tenta se reconciliar

De acordo com Bution e Wechsler (2016), a dependência de relacionamentos seria caracterizada por comportamentos aditivos que teriam como base os relacionamentos interpessoais. A dependência emocional, por sua vez, seria caracterizada como o padrão crônico de demandas afetivas insatisfeitas, que buscam ser realizadas através de relacionamentos interpessoais caracterizadas por um apego patológico.

Para Rodrigues e Chalhub (2009), o termo dependência se refere ao grau em que um indivíduo se apoia e confia em outro para a sua existência, sendo descritas como submissas, com dificuldades de tomarem decisões em seus relacionamentos, sentindo-se responsáveis por todos os acontecimentos e centrando-se completamente em sua relação; cuidados excessivos são dispensados ao outro, mesmo que isso signifique negligenciar a si próprio. Segundo Barcelos (1993, apud RODRIGUES e CHALHUB, 2009), alguém envolvido em um relacionamento de dependência emocional tem frequentemente a sensação de dor, tendo o discurso recheado de muito ressentimento e um forte sentimento de injustiça.

Ao fim do atendimento, E. que se sentia culpada pela agressão e temia que o namorado não a perdoasse caso ela prestasse queixa, desistiu de fazer o boletim de ocorrência e confirmou que possivelmente manteria o relacionamento. Porém o acolhimento das estagiárias levantou diversas questões sobre seus relacionamentos anteriores e os motivos que a levaram a tal grau de dependência.

CONCLUSÕES

A partir do relato exposto concluímos que o plantão psicológico na delegacia de defesa da mulher contribui para que a vítima reflita sobre sua situação, podendo explorar as questões que a levaram a essa posição, e assim crie uma estratégia mais satisfatórias de enfrentamento.

Além disso, a presença das estagiárias de psicologia contribuiu para uma maior organização psíquica das vítimas, de forma que ao relatar seus casos aos escrivães elas se mostravam mais conscientes e apresentavam uma fala mais clara.

Compreendemos que os processos legais contam ainda com muitas falhas, entre elas a lentidão e imprecisão. Entretanto ainda assim muito tem-se feito para melhorar e agilizar os processos. A força policial tem buscado agregar mais crimes contra a mulher no atendimento das DDMs e, também, tornar mais eficiente os processos de apuração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTION, D.C., WECHSLER, A. M.; Dependência Emocional: uma revisão sistemática da literatura. **Est. Inter. Psicol**. vol.7 no.1 Londrina jun. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000100006 Acesso em: 29 de Set. de 2020.

JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araújo; TANAKA, Ana Cristina D' Andretta. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 744-751, Dez. 2008. Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Out. 2020.

MPSP. Ministério Público do Estado de São Paulo. **Ciclo da Violência Doméstica. São Paulo** [S.I.]. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia_Domestica/O_que_voce_precisa_saber/Mulheres_adultas/vd_mais/ciclo_violencia_domestica. Acesso em: 29 de Set. de 2020.

MOREIRA, Myrla Maria Normando.; PRIETO, Daniela. "Da sexta vez não passa": Violência cíclica na relação conjugal. **Psicologia IESB**, v. 2, n. 1, p. 58-69, 2010. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxwc2ljb2xvZ2lhanVyaWRpY2F1bmlwMjAxNHxneDoyNTdjNzlkNmMwMzE3YzE3>. Acesso em: 07 out.2020

RAZERA, Josiane; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; FALCKE, Denise. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

RODRIGUES, S., CHALHUB, A.; Amor e Dependência: Um olhar sobre a teoria do apego. **Psicologia.pt**, [S.I.], 2009. Disponível em: < https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0155.pdf> Acesso em 29 de Set. de 2020.

SÃO PAULO. **Portal do Governo**. SP tem 10 Delegacias de Defesa da Mulher 24 horas. Portal do Governo do Estado de São Paulo. 2020. Disponível em: < https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sp-tem-10-delegacias-de-defesa-da-mulher-24-horas/>. Acesso em: 20 jul.2021.